

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO GERAL

Rosimeiri Merotti Crippa<sup>1</sup>  
Valéria Oliveira de Vasconcelos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo, originado de uma pesquisa de mestrado em Educação concluída em 2012, tem por objetivo trazer à reflexão algumas questões relacionadas com a Educação Inclusiva, partindo de breves considerações sobre o movimento de inclusão no Brasil, sobre a política da inclusão escolar no sistema educacional e alguns limites e possibilidades da escola para atender à diversidade. É importante ressaltar que, durante muitos anos, a Escola Especial foi o único meio de educação formal para alunos com deficiência. Apesar das contribuições desse modelo educativo, ele passou a ser criticado principalmente pela segregação social. A Inclusão surgiu no Brasil, num processo intimamente relacionado aos movimentos de outros países, como uma alternativa pedagógica buscando ampliar a inserção desses alunos na escola, considerando suas diferenças. Apesar de as políticas públicas preconizarem a garantia de acesso escolar e a aceitação da diversidade, com um esforço coletivo na equiparação de oportunidades, a literatura aponta muitas dificuldades para sua implementação na realidade brasileira. Os resultados dessa pesquisa reforçam o pressuposto de que não é suficiente que uma criança com necessidades especiais esteja incluída no ambiente escolar regular para que se configure sua inclusão e se promova seu desenvolvimento. Para tanto se faz premente que as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos, como consta nas leis, sejam atingidas. O princípio da inclusão representa um grande desafio e demanda mudanças em diversos níveis, desde o diagnóstico dos alunos, a composição e formação de recursos humanos, passando pelos currículos, pela metodologia de ensino, até a participação da família e da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Vários autores apontam que a inclusão é um processo e, como tal, deve ser paulatinamente conquistada. A parceria entre ensino comum e ensino especial é indicada como uma possibilidade para a melhoria da educação em geral. A inclusão que se pretende efetivar nas escolas só é possível onde houver respeito às diferenças e, conseqüentemente, práticas pedagógicas que permitam a todas as crianças aprenderem de acordo com seu ritmo e suas potencialidades.

**PALAVRAS – CHAVE:** Inclusão; Educação Especial; Escola Comum.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UNIUBE – Universidade de Uberaba. E-mail: rosimerotti@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesianos (UNISAL).E-mail: valvasc2003@yahoo.com.br

**ABSTRACT:** This article originated from a survey completed Masters in Education in 2012, aims to bring some reflection issues related to inclusive education, starting with brief remarks about the inclusion movement in Brazil, about the politics of inclusion in school in the educational system and some limits and possibilities of the school to meet the diversity. Importantly, for many years, the Special School was the only means of formal education for students with disabilities. Despite the contributions of this educational model, it became criticized mainly by social segregation. Inclusion emerged in Brazil, a process closely related to movements in other countries, as an alternative pedagogical seeking to expand the inclusion of these students in school, considering their differences. Although public policies ensuring access preconizarem school and acceptance of diversity, with a collective effort on equalization of opportunities, the literature indicates many difficulties for its implementation in the Brazilian reality. The results of this research reinforce the assumption that it is not enough that a child with special needs is included in the regular school environment that is set inclusion and promote its development. For that becomes urgent that the necessary conditions for quality education for all, as stated in the law, are met. The principle of inclusion is a major challenge and demand changes at several levels, from diagnosis of students, the composition and formation of human resources, through the curriculum, the teaching methodology, to the participation of the family and the school community in developing the Political Pedagogical Project. Several authors point out that inclusion is a process and, as such, should be gradually achieved. A joint partnership between education and special education is indicated as a possibility for improving education in general. The inclusion intended to be effective in school is only possible where there is respect for differences and hence pedagogical practices that enable all children to learn according to your pace and your capabilities.

**KEYWORDS:** Inclusion; Special Education; Common School.

### **O Movimento de Inclusão no Brasil**

No Brasil, o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola está intimamente relacionado com movimentos em outros países, sobretudo nos EUA, além de partilhar dos princípios preconizados pelos principais documentos da área.

Em 1981, ao instituir o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” (AIPD), a ONU oficializou o conceito de sociedade inclusiva (WERNECK, 2000). A mesma autora destaca que as entidades não governamentais e governamentais, em diversas nações respeitadas no cenário internacional, reafirmaram a necessidade de todos em reconhecer os direitos das pessoas com deficiência. A partir desse movimento pela

defesa dos direitos humanos, começa a luta contra a discriminação e exclusão das pessoas desfavorecidas na sociedade.

No ano de 1986, a Divisão de Educação Especial e Serviços de Reabilitação do Departamento de Educação dos Estados Unidos criou um documento de educação regular através do “*Regular Education Initiative*” (WILL, 1986 apud STAINBACK, 1999), com o propósito de desenvolver maneiras para atender alunos com deficiência na educação comum, incentivando os programas de Educação Especial a estabelecer uma parceria com a educação comum.

Na década de 1990, as discussões e propostas sobre educação inclusiva foram ampliadas em dois encontros internacionais: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia/1990), na qual foi elaborada a Declaração Mundial de Educação para Todos (DMET); e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca (Espanha/1994), na qual foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca” (BRASIL, 1994).

A *inclusão* surgiu, então, como um a proposta de *educação para todos*, de forma igualitária e de qualidade. Esse princípio democrático de “educação para todos”, fundamento básico da educação inclusiva, evidenciava a necessidade de um ensino especializado para todos os alunos, com respeito e aceitação da diversidade humana, visando a uma sociedade mais justa com a participação de todos. Para Mendes (2003):

O princípio da inclusão nasceu na perspectiva no sistema educacional norte americano quanto estes começaram a sentir o fracasso da integração e o insucesso da escola pública. Na tentativa de melhorar a educação da população de risco elencaram algumas formas para a conhecida escola de qualidade, que acabou sendo o alicerce da proposta da inclusão escolar. Estas novas medidas contemplavam: menor burocracia, gestão descentralizada, maior flexibilidade para as escolas, respeito à diversidade, o que contribuiu para que as escolas respondessem melhor às necessidades de seus diferentes estudantes promovendo recursos variados, centrados na própria escola (apud VELTRONE, 2008, p.30).

Em meados dos anos 1990, o conceito de *inclusão* passou a ser trabalhado na Educação Especial de forma diferente do conceito de *integração*, no entanto, eles

partiram de propostas semelhantes, que foi a de inserir os alunos com deficiência no ensino comum.

A *inclusão*, entretanto, busca ampliar essa inserção de alunos, considerando a existência de inúmeras diferenças (pessoais, linguísticas, culturais, sociais etc.) e, ao reconhecê-las, passa a mostrar a necessidade de mudança do sistema educacional que, na realidade, não se encontra preparado para atender a essa clientela (BUENO, 1999).

A compreensão da educação como um direito de todos no processo de inclusão educacional ainda provoca muitas discussões entre pesquisadores e educadores, porque exige um constante repensar sobre as práticas pedagógicas na educação atual e sobre a construção de espaços escolares menos excludentes.

### **A política da inclusão escolar no sistema educacional**

Durante muitos anos, a Escola Especial foi a única alternativa disponível para alunos com deficiência. Esse modelo de educação – criticado principalmente pela segregação social, começou a ser questionado e a inclusão surgiu como uma alternativa para a educação desses alunos e suas vivências nas instituições formais de ensino.

Na atualidade, a luta pela inclusão social e pelo respeito à diversidade se fortalece e faz crescer a busca por uma escola que possa atender a todos os alunos, sem rótulos e sem classificações discriminatórias – e isso não somente na Educação Especial.

Como aponta Mittler (2003):

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão (p.16)

O que se percebe no percurso escolar dos alunos com deficiência, é que eles passam anos de suas vidas estudando e acabam saindo da escola, na maioria das vezes, sem certificação de conclusão de escolaridade, principalmente os que têm comprometimentos mais acentuados.

Outra importante Resolução presente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), em seu artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p.1).

Seguindo essas diretrizes, o que se pretende é garantir que todos os alunos tenham acesso escolar e aceitação; que as diferenças sejam acolhidas e que ocorra um esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade. Não basta que uma criança com necessidades especiais seja incluída em uma escola regular para que haja uma inclusão progressiva e se promova o sucesso escolar do aluno com deficiência. Para tanto se faz premente que *as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos* – como consta na Lei – sejam atingidas.

Carvalho (2000) ressalta a importância da proposta de educação inclusiva no sentido de buscar formas de superar as situações de exclusão, reconhecendo o direito a ser diferente e envolvendo toda a sociedade no atendimento às pessoas com deficiências. Sua tarefa é estimular a participação social plena de todos os grupos que se encontram excluído.

Segundo Dutra (2008), o objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, é garantir:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

(DUTRA, 2008, p.14).

Apesar das dificuldades de implementação das leis, essas foram e são criadas com vistas a atender demandas sociais legítimas. Muito embora muitas vezes não “saíam do papel”, seu conhecimento e reconhecimento são fundamentais para a busca de melhoria da qualidade de ensino na educação.

Para a autora Mantoan (2008), essa inovação para educação inclusiva, não só redimensionou a Educação Especial, como provoca a escola comum, para que dê conta das diferenças na sua concepção, organização e práticas pedagógicas.

A maior parte das escolas brasileiras, entretanto, são instituições que têm dificuldades para receber, aceitar e trabalhar com a diferença. Espera-se que o processo de inclusão, por sua parte, consolide-se como um novo contexto educacional, marcado pelo respeito à diversidade de raça, de gênero e orientações sexuais, de classes sociais, de capacidades intelectuais, de limitações físicas e as mais distintas características individuais. A possibilidade de inclusão escolar, portanto, depende de toda a sociedade e dos muitos interesses presentes na dinâmica social.

A política da educação inclusiva e sua implementação estão voltadas para uma proposta com vistas a discriminação e a estigmatização dos alunos com deficiência na educação comum.

As reformas educacionais têm por objetivo atender quantitativamente e qualificativamente a oferta da educação em todos os níveis e modalidade de ensino, buscando melhorar com equidade e qualidade a educação básica.

Segundo Mendes (2001), o momento atual necessita de diretrizes políticas que impliquem:

- a) numa ampliação de acesso à escola para indivíduos com necessidades educativas especiais, seja qual for essa escola, tendo em vista a necessidade de se universalizar o acesso;
- b) maior responsabilidade do poder público na prestação direta de serviços educacionais;
- c) criação de outras modalidades alternativas de atendimento para além das classes e escolas especiais (p.13).

Ainda é necessária a implementação de propostas educacionais inclusivas no ensino público, que podem contribuir para mudanças na escola, aberta às diferenças e de qualidade para todos.

### **Limites e possibilidades da escola para atender à diversidade**

A escolarização de crianças em geral não é um processo simples, pois a educação é um compromisso sério e responsável. Principalmente, quando se trata de uma criança deficiente na sala de aula da escola comum, exige-se um comprometimento maior por parte do professor, as dificuldades da criança com deficiência serão maiores do que os outros alunos, necessitando sempre de uma atenção individualizada para um melhor desempenho escolar.

Para Freire (1996), educar é assumir um compromisso com o outro, para que este possa ser sujeito da sua história e do seu processo de aprendizagem. O autor aponta que educar requer respeito aos saberes dos educandos e, de forma crítica, exige risco e aceitação do novo, rejeitando qualquer forma de discriminação. Para ele: “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico” (FREIRE, 1996, p.103).

É na práxis educativa que poderão dar-se as mudanças e transformações na escola em relação à inclusão do aluno deficiente. Como ressalta o autor, a educação sozinha não transforma o mundo, mas sem ela, nada muda.

Na atualidade, percebe-se que as escolas encontram sérias dificuldades para lidar com as demandas dos alunos sem deficiência. Quando se trata de crianças e jovens com deficiências, essa dificuldade aumenta consideravelmente em geral, somente quando chegam alunos deficientes na escola é que terão início as reflexões sobre as adaptações necessárias para receber essas crianças e atender àquela demanda.

Conforme afirmam Ferreira & Guimarães (2003): “Os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São, então, diferentes de direito” (p.37). Cabe refletir sobre *igualdades* e *diferenças* na concepção da escola, discutir sobre diferenças que se complementam em

vez de se excluírem mutuamente, pensar na existência do outro como alguém que tem uma identidade, uma história. Portanto, a educação tem um papel crucial a desempenhar em relação às ações necessárias no processo de Inclusão.

Isto envolve desde o acesso aos espaços físicos e aos recursos pedagógicos, até a disponibilidade e formação dos profissionais. Pedagogicamente, essas adaptações exigem modificações curriculares, reorganizações dos objetivos e conteúdos, mudanças nas metodologias, intervenções psicopedagógicas, qualificação na equipe de educadores e avaliação contínua do trabalho.

Falar de inclusão infere em refletir sobre uma educação que inclua a todos, com a qualidade que todos merecem, como afirma Ferreira e Guimarães (2003, p.44):

A “educação de qualidade para TODOS é um novo paradigma” de pensamento e de ação, no sentido de ter como “ideal” uma sociedade na qual a diversidade seja mais norma do que exceção. O desafio é estender essa proposta a um número cada vez maior de crianças, escolas e comunidades, com o principal propósito de facilitar e contribuir para a aprendizagem de TODOS. Quando as escolas não excluírem mais ninguém, independente de suas condições físicas, psíquicas, econômicas e outras, a diversidade será respeitada e promovida como um valor na sociedade, com resultados visíveis de solidariedade e de cooperação (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p.44).

Segundo Mantoan<sup>3</sup> (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo o conservadorismo de suas práticas, em direção a uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos.

Carvalho (1997) salienta que a inclusão é um *processo* e, como tal, *deve ser paulatinamente conquistada*. Trata-se de uma mudança de paradigma, numa cultura que não está acostumada a conviver com o seu membro "diferente".

---

<sup>3</sup> A autora defende a “inclusão total” dos alunos com deficiência nas escolas comuns. Essa linha de pensamento enfrenta resistência, uma vez que muitos consideram que a inclusão total não representaria um benefício para todos os alunos com necessidades especiais, até porque o sistema escolar não oferece apoio de especialistas no ensino comum para atender à necessidade desse alunado.

Com relação às formas de lidar com as diferenças, Erving Goffman (1988) diz que:

A sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem a probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relações sociais em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com 'outras pessoas' previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado os primeiros aspectos, nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua 'identidade social' [...] (p. 11).

Essas novas “identidades sociais”, representadas pelas crianças com deficiência, colocam em pauta a necessidade de um novo aprendizado: lidar com a diferença. Além disso, expõem as fragilidades do sistema escolar ao salientar as peculiaridades, as particularidades e as singularidades de cada um.

Na opinião de Mantoan (2006) na inclusão nenhuma criança deve ficar fora da escola comum, como na metáfora do *caleidoscópio* – “quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo” (p. 17). Com essa metáfora a autora aponta para a expectativa de que as crianças aprendam e se desenvolvam melhor, em um mesmo ambiente, ou seja, todas juntas na escola comum. Por outro lado, para alguns tipos de deficiência a sala de aula da escola comum pode ser mais segregadora do que a Escola Especial.

Segundo Mendes, (2008), nem todos os professores das escolas comuns estão preparados para lidar com alunos deficientes em suas salas de aula. A alegação de que as pessoas deficientes são uma minoria oprimida e segregada na luta pelos seus direitos, é um argumento insuficiente para justificar a inclusão total. É importante ressaltar que as crianças com deficiência intelectual têm dificuldades de aprendizagem e precisam de uma educação diferenciada, a qual, na maioria das vezes, não é oferecida pela escola comum.

Ainda para Mendes (2008), atualmente, uma importante consideração que vem sendo levada em conta é o direito dos pais para escolher a escola que querem matricular os seus filhos. Desconsiderar esse direito e a eficácia em alguns tipos de respostas mais protegidas seria uma atitude profissionalmente irresponsável e antiética. E, finalizando

os argumentos apresentados pela autora, “na ausência de dados que suportem a vantagem do modelo, os educadores e políticos deveriam preservar o contínuo de serviços, para que, em qualquer momento, seja salvaguardada a escolha daquele que se mostrar melhor para determinadas circunstâncias” (p.21-22).

O princípio da inclusão tem sido um grande desafio. Mesmo que os alunos sejam matriculados em escolas comuns, se não ocorrerem mudanças em diversos níveis, desde o próprio sistema escolar – na composição e formação de recursos humanos, na metodologia de ensino e nas ações pedagógicas – até a participação da família e da comunidade escolar, a qualidade do ensino para o deficiente não tende a melhorar.

Para Rodrigues (2006), a inclusão na sociedade moderna tem que constituir uma resposta de qualidade que atenda aos alunos com deficiência e seja capaz de proporcionar o mesmo tipo de serviços da Escola Especial. Caso contrário, não há motivo para os pais preferirem a inclusão, se isso pode ter um efeito prejudicial em sua qualidade de vida.

Mendes (2008) aborda o fato de que o movimento pela inclusão é mais um fator político e ideológico:

Na realidade não há evidências científicas inequívocas nem amplamente favoráveis e nem totalmente desfavoráveis, tanto à escolarização em ambientes exclusivos, quanto nos mais tradicionais, tidos como protegidos e segregados. Portanto, a resposta para a questão de qual é a melhor forma de escolarização para alunos com necessidades educacionais especiais permanece sem resposta numa perspectiva científica, e qualquer posição a este respeito tende a ser mais política e ideológica (p. 20-21).

A autora relata que não há “evidências favoráveis e nem totalmente desfavoráveis” em relação à escolarização do aluno deficiente e afirma que a questão da inclusão escolar não é somente a de decidir onde os alunos com deficiência deverão ser escolarizados, mas oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos sem discriminação, seja na escola comum, seja na Escola Especial. (MENDES, 2008, p.20)

É importante ressaltar que não existem receitas prontas para atender a cada individualidade de alunos com deficiências. Os alunos com deficiência intelectual

podem necessitar de um conjunto de serviços especializados, estratégias, ações e recursos diferenciados para a sua permanência na escola inclusiva.

A aceitação da pessoa com deficiência na escola, na sala de aula, deve partir da compreensão de suas possibilidades e limitações, reconhecendo os mesmos direitos que os outros alunos e oferecendo os serviços e as condições necessárias para que suas potencialidades possam ser desenvolvidas.

Essa aceitação, por outro lado, por mais simples que possa parecer, muito frequentemente é fonte de resistência e conflitos, o que acaba por acarretar sérios problemas no cotidiano escolar. Lidar com a diversidade, sem gerar desigualdade, tem sido um grande desafio para a efetivação de uma escola de qualidade para todos. Pensar em inclusão é pensar diferente, compreendendo os conflitos vivenciados diante do diferente como um fator a mais para favorecer o crescimento pessoal e social.

A superação dos preconceitos e barreiras para a aceitação do diferente não têm espaço físico definido. Não se trata, portanto, da tensão entre *Escola Especial X Escola Comum*. O que se busca são alternativas para a inclusão, quando essa for considerada a possibilidade mais adequada para os alunos em questão.

A realidade enfrentada pelo sistema de educação, entretanto, apresenta muitos problemas, tanto no que se refere à aceitação dessa proposta de inclusão como nas formas como vêm sendo conduzidas as práticas pedagógicas.

O que ocorre na maioria dos casos é que ainda persistem no sistema educacional a classificação, a seleção e a exclusão não só da criança deficiente, mas também daqueles menos favorecidos, dos alunos atrasados, dos que não aprendem no mesmo ritmo, dos que apresentam algum distúrbio de comportamento, enfim, de todos aqueles que fogem ao padrão desejado.

Se as escolas forem inclusivas, seus objetivos deveriam ser redefinidos e a educação voltada para a cidadania global, minimizando preconceitos, reconhecendo e valorizando as diferenças. Cabe à Escola Especial, diante da inclusão, complementar e apoiar o processo de escolarização de alunos com deficiência que estão regularmente matriculados nas escolas comuns (MANTOAN, 2006).

As escolas não se tornam inclusivas apenas matriculando alunos com deficiências. Marchesi (2004), fala da necessidade de um compromisso com a mudança e acentua que escolas inclusivas vão aparecendo ao longo do processo. Para tanto, é importante a colaboração e a participação docente no processo de inclusão, que requer uma atuação baseada em princípios igualitários e a consciência de que a inclusão dos alunos com necessidades especiais constitui um direito fundamental.

Correia (2006), considerando as adequações para uma inclusão de qualidade, a escola necessita de mudanças em todos os níveis, desde o plano curricular até programas educacionais desenvolvidos de maneira individualizada. Esse autor concorda com uma inclusão necessariamente progressiva, que promova o sucesso dos alunos com deficiência. Ressalta ainda que, os apoios especializados oferecidos pela Educação Especial não devem ser exclusivos para os alunos com deficiência, mas a todos os alunos da escola que precisarem de atendimentos num determinado momento.

O envolvimento de toda equipe no trabalho de inclusão é necessário, pois o compromisso com a escolarização das crianças inseridas no processo de inclusão possibilita aos profissionais assumir uma prática educativa que atenda à diversidade (CARVALHO, 2008).

Diante da inclusão escolar o que se espera não é que os alunos com deficiência atinjam todos os objetivos do currículo comum, mas que tenham maiores oportunidades de conviver e estudar num ambiente comum a todos. O espaço escolar deve ser preparado de forma a receber o aluno, oferecendo condições próprias para o seu aprendizado, num processo educacional definido em uma proposta pedagógica que assegure recursos educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, completar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidade da educação básica (BRASIL, 2001).

Ainda são muitos os obstáculos enfrentados pelas pessoas deficientes para chegar à escola, entre eles: insuficiência de meios de transportes adaptados; falta de rampas que facilitem a entrada na escola e, nela, o acesso a outros espaços; superfícies

irregulares no terreno da escola; ausência de áreas de circulação livres de barreiras para a movimentação de cadeiras de rodas; portas estreitas para a passagem de cadeirantes; sanitários inadequados, sem barras e lavatórios acessíveis; inadequação do mobiliário escolar, entre outras (CARVALHO, 2000).

Importante ressaltar que as adequações estruturais da escola remetem principalmente às necessidades de crianças com deficiências físicas. Porém, geralmente quando são levantadas as dificuldades de inclusão de crianças com deficiência intelectual na escola, muito usualmente são apontadas as inadequações da estrutura física da escola.

As adequações, quando necessárias, devem ser garantidas. Porém, a inadequação da estrutura física de uma instituição de ensino não deve ser escusa para recusar a inclusão de crianças com deficiência intelectual.

O que se tem vivenciado na educação é que, nos últimos anos, ocorreu um massivo encaminhamento de alunos das escolas públicas aos serviços da Escola Especial, muitas vezes sem um diagnóstico definido. Essa prática indevida levou muitos alunos com defasagem na aprendizagem a serem rotulados como deficientes, o que pode trazer consequências graves em sua formação social, pedagógica e psicológica. A discriminação do aluno rotulado pelo estigma de incapacidade que lhe é atribuído pela escola gera a desigualdade entre os alunos. Surgem então, as formas de preconceitos, como aquele aluno que se apresenta diferente dos demais ou indesejado na sala de aula. Retomando o termo estigma, quando nos referimos a uma característica visível do ser humano, pois o atributo que estigmatiza alguém confirma a normalidade do outro (GOFFMAN, 1988).

Outro ponto em relação ao diagnóstico é que, a partir do momento que a criança é considerada como deficiente, os educadores da escola costumam frequentemente expressar certa resistência, em geral pelo desconhecimento das potencialidades desses alunos. Isso é consequência de uma sociedade que estabeleceu que a pessoa com qualquer tipo de deficiência é considerada incapaz, não produtiva e, por conseguinte, não adequada.

O currículo é o instrumento por meio do qual a escola realiza o seu processo educativo e a concretização da proposta pedagógica.

Para Saviani (2005, p. 18), o currículo é apresentado como “o conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares”. Neste sentido o currículo escolar deve organizar os conhecimentos considerados válidos socialmente.

Correia (1999) define as adaptações curriculares como:

Todas as alterações, modificações ou transformação que as escolas e os professores introduzem nas propostas curriculares demandadas do Ministério da Educação, com vista à sua adequação ao contexto local e as necessidades dos seus alunos. [...] as adaptações curriculares são referidas às alterações ou modificações do currículo regular, realizadas para dar respostas aos alunos com NEE ( p.111) .

A partir dessa afirmação, pode-se considerar que a flexibilização do currículo é uma alternativa para atender alunos com deficiência na escola comum. O autor Beyer (2006) fala sobre as flexibilizações e adaptações necessárias e possíveis:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas (p. 76).

O mesmo autor considera que a inclusão que se pretende efetivar nas escolas não deve demarcar os espaços como crianças *normais* e crianças *especiais*, mas construir uma pedagogia que atenda às diferenças.

Segundo Marchesi, (2004) existem alguns dilemas com relação a esse tema que trazem consequências negativas e positivas simultaneamente:

1. O dilema do currículo: um aluno com graves problemas de aprendizagem deve aprender conteúdos iguais ou diferentes aos seus colegas?
2. O dilema da identificação: a identificação dos alunos com necessidades especiais ajuda-os ou os marca negativamente?
3. O dilema pai-profissional: no momento das decisões sobre a escolarização dos alunos, quem tem maior influência?
4. O dilema da integração: uma criança com sérios problemas de aprendizagem aprende mais na classe comum ou na classe especial com mais apoios? (NORWICH, 1993, apud MARCHESI, 2004, p.37)

O currículo é uma das bases da educação e, através do Projeto Político Pedagógico a escola pode traçar seus planos e objetivos para atender a todos os alunos que fazem parte do contexto escolar. Deve propor condições que facilitem a aprendizagem significativa do aluno com deficiência, assim como para os demais alunos; o aluno com deficiência necessita, em geral, de apoios e de atividades pedagógicas metodicamente orientadas (COLL, 2004).

Para que o Projeto Político Pedagógico se efetive, a escola precisa usar desse instrumento de ação coletiva para estruturar o trabalho, avaliar e reorganizar suas práticas. É importante que no decorrer do processo de aprendizagem, o professor promova o interesse do aluno deficiente em todas as atividades na sala de aula. Cada nova situação deve ser aproveitada para provocar desafios e construir conhecimentos.

O Projeto Político-Pedagógico é uma ação planejada e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns e permite avaliar o que foi feito e projetar mudanças no espaço escolar.

Vasconcellos (2005), quando se refere ao Projeto Político Pedagógico afirma que:

O Projeto Político pedagógico (ou educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (p.169).

Considera-se que o Projeto Político-Pedagógico deve envolver desde professores, técnicos, pais, representantes de alunos, funcionários até outros membros da comunidade escolar. Deve, ademais, englobar todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, com o objetivo de construir uma instituição democrática, equitativa e participativa.

As discussões e debates sobre a formação de professores especializados é um dos principais aspectos da Educação Especial, cuja formação pode ser no nível de graduação, e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Alguns autores como Bueno (1999), Omote (2001), Mendes (2002), Mitler (2003) concordam que, para atender às necessidades especiais do alunado com deficiência, a formação do professor especializado deve ser repensada e reformulada.

O despreparo dos professores para atuarem em salas inclusivas numerosas com alunos com deficiência (BUENO, 1999; GLAT, 1995 e 2000) têm sido um dos maiores obstáculos no processo de Inclusão escolar. Para atender aos alunos com deficiência a LDB (BRASIL, 1996), prevê professores com qualificação adequada para atendimento especializado, como também professores do ensino comum capacitados para atuar com as diferenças na classe comum.

Para garantir uma Inclusão do aluno deficiente, é preciso romper os obstáculos existentes na escola que de uma forma ou outra impedem a Inclusão, não depende somente dos professores mas de todos os envolvidos no processo com a educação em geral.

### **A relação entre a Educação Inclusiva e a Escola Especial**

O problema da Educação Especial não é se essa deve ocorrer na instituição ou na escola comum. Esse confronto vem se dando muito em função de financiamentos governamentais como aborda Carvalho (2000, p.50): “para a maioria dos administradores, a inclusão está associada à expansão da matrícula, traduzida, estatisticamente, pelo aumento de vagas nas escolas, ou pelo número de alunos com deficiência nas turmas do ensino comum”.

O Decreto nº. 6571 de 17 de setembro de 2008, no seu artigo 1º propõe:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Segundo Pletsch (2005, p.33-34), a União financiará e prestará apoios técnicos aos sistemas públicos de ensino. As escolas que tiverem alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no ensino comum com atendimento especializado

complementar, receberão recursos do FUNDEB<sup>4</sup>: “este dispositivo acarretará mudanças significativas no processo de escolarização das pessoas com deficiência nos sistemas públicos de ensino”.

O que esse vê é um acesso ampliado dos alunos com deficiência na escola comum, e que as escolas estão mais abertas para acolhê-los e mais habilitadas a fazê-lo. Percebe-se que o interesse por esse aluno muitas vezes está focado nas verbas que estes estão gerando para a escola. Efetua-se a matrícula da criança, depois é solicitado que a Escola Especial atenda esse aluno, pois ele não “cabe” nos formatos curriculares.

Ambas as escolas – Comum e Especial – apresentam dificuldades diante da Inclusão. Nesse sentido, tanto a Escola Especial como a escola comum apresentam vantagens e desvantagens na efetivação da Educação Inclusiva.

O convívio da criança deficiente junto com outras crianças favorece o seu aprendizado. Quanto à Escola Especial, apresenta fragilidades como a escola comum e pontos positivos quanto ao currículo adaptado, atendimento especializado, profissionais especializado, números de alunos menores nas salas, espaço físico apropriado. Contudo, nem sempre é o espaço ideal porque acaba segregando os alunos (STAINBACK, 1999).

As diferentes concepções de inclusão até agora estudadas diferem-se no processo de implantação. Alguns autores acreditam na Inclusão total com Mantoan (1998) e outros acreditam na Inclusão tendo a Educação Especial como suporte para a escola comum como Bueno (2001), Carvalho (2004), Glat (1989) e Mendes (1999).

No momento atual da educação, tem-se a necessidade e a urgência de enfrentar o desafio da inclusão escolar e de promover uma reforma estrutural e organizacional das escolas comuns e especiais:

Apesar de se ter, nas leis uma política de Educação Inclusiva, as pessoas com deficiências, na maioria das vezes, continuam sendo segregadas nas instituições e até

---

<sup>4</sup> FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, substituto do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). O FUNDEB passou a vigorar o cômputo das matrículas em 1º janeiro de 2010.

mesmo na escola comum. As práticas desenvolvidas quase sempre contribuem para com atitudes de exclusão social.

A crescente proposta de inserir alunos com deficiência na escola comum, tem resultado uma inquietação dos professores e especialistas da educação básica, na busca de alternativas que possam atender a todos os alunos da melhor forma possível.

### **Considerações finais**

Como já visto, a *inclusão* surgiu na década de 90, como uma proposta de *educação para todos*, de forma igualitária e de qualidade. Essa proposta nova de educação inclusiva inquietou todos os profissionais do sistema educacional, que não estavam preparados para oferecer atendimento especializado para todos os alunos, respeitando e aceitando a diversidade humana.

A inclusão só é possível onde houver respeito à diferença e, conseqüentemente, práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiências aprender de acordo com seu ritmo, e suas possibilidades.

Há diversas barreiras para a implantação da educação inclusiva, além dos obstáculos culturais, ideológicos, financeiros, educacionais, institucionais, e resistências dos familiares frente à inclusão das crianças com deficiência na escola comum. A inclusão, entretanto, busca atender a todos os alunos nas suas diferenças pessoais, linguísticas, culturais e sociais. Mudanças do sistema educacional são necessárias, na realidade, as escolas não se encontram preparadas para atender a essa clientela. O processo de inclusão educacional ainda provoca muitas discussões entre pesquisadores e educadores, porque exige o repensar das práticas pedagógicas na educação atual e sobre a construção de espaços escolares menos excludentes.

Considera-se que as reflexões e os discursos sobre inclusão mostram que a sociedade mudou muito, mas a cultura de exclusão, de desigualdade ainda não deixou de existir. A educação hoje é um direito de todos e cabe aos profissionais da educação comum e Especial oferecer a educação com qualidade para todos os alunos matriculados na escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

BEYER, Hugo Otto *Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas*. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 – 82.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf). Acesso: 28.03.2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília 1996.

\_\_\_\_\_. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

BUENO, José Geraldo Silveira. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. *Temas sobre Desenvolvimento*. V.9. n. 54. 2001

\_\_\_\_\_. A educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A.; SILVA JÚNIOR, C.A. da. (Org.). *Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua*. São Paulo: UNESP, 1999. p.149 – 164.

CARVALHO, Rosita Edler. *Cartografia do trabalho docente na e para a educação inclusiva*. Revista @mbiente educação, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

\_\_\_\_\_. *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*. Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. *A nova LDB e a educação especial*. 2ªed. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

CORREIA, Luis. Miranda de (2001). *Dez anos de Salamanca, Portugal e os alunos com necessidades especiais*. In. RODRIGUES, David, (org). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006. p. 239 – 274

CORREIA, B. *Alunos com necessidades educativas especiais na sala de aula*. Portugal: Porto Editora. 1999, p. 111.

COLL, César. *Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas*. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro.; PALÁCIOS, Jesús. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. V.3; 2.ed. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

*Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. 1990. Resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jontiem, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: [www.unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf](http://www.unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf) . Acesso em: 08/04/2011

DUTRA, Claudia Pereira et al.. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. In: *Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial*. v.1, n.1 (out. 2005).- Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. P. 07-17

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. *Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A (2003).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GLAT, Rosana. *Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade*. Revista Souza Marques, vol. I, 16-23, 2000.

\_\_\_\_\_. *A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995

\_\_\_\_\_. *Somos todos iguais a você: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. in: *Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan/jun. 2008

\_\_\_\_\_. *O direito de ser, sendo diferente, na escola*. In: RODRIGUES, David, (org). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006

\_\_\_\_\_. *Compreendendo a deficiência mental*. São Paulo: Spicione, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ser ou Estar – Eis a questão: Explicando o déficit intelectual*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARCHESI, Álvaro. *Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas*. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro.; PALÁCIOS, Jesús. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. V.3; 2.ed. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, Enicéia Gomes (2003); In: VELTRONE, Aline Aparecida. *A Inclusão Escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

\_\_\_\_\_, *Inclusão escolar com colaboração: unindo conhecimentos, perspectivas e habilidades profissionais*. In: Políticas e práticas educacionais inclusivas/Organização Lúcia de Araújo Ramos Martins, José Pires, Gláucia Nascimento da Luz Pires. – Natal, RN: EDDUFRN, 2008.

\_\_\_\_\_, *Concepções atuais sobre a educação inclusiva e suas implicações políticas e pedagógicas*. In: MARQUEZINE, M.C; ALMEIDA, M.A; TANAKA, E.D.O. (Orgs.). *Educação especial: políticas públicas e concepções sobre a deficiência*. Londrina: EDUEI, p.25-41.2003.

\_\_\_\_\_, *Desafios Atuais na Formação do Professor de Educação Especial*. Integração. Brasília, Ano 4, v. 24, p.12-17,2002.

\_\_\_\_\_, *Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?* Mesa redonda do Laboratório Inter Unidades de Ensino LIDE. Org. Maria Lucia Amiraliam. Universidade de São Paulo. São Paulo: Abril de 1999.

\_\_\_\_\_, *O planejamento de serviços para indivíduos com necessidades educacionais especiais no Brasil*. “Texto em elaboração para uso interno e exclusivo da disciplina”. *Educação Especial no Brasil*. UFSCar, São Carlos, Abril de 2001

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: contextos sociais*: Porto Alegre: Artmed, 2003.

OMOTE, Sadao. *Classes Especiais: Comentários à margem do texto de Torezan & Caiado*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol.6,nº1, 2001, p.43-64.

PLETSCH, Márcia Denise. *O professor itinerante como suporte para Educação Inclusiva em escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro*. 122f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2005.

RODRIGUES, David, (org). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *A Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p.04 –22.

STAINBACK, Susan. *Inclusão: Um guia para educadores/Susan Stainback e William Stainback*; trad. Magda França Lopes. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VASCONCELLOS, Celso Santos do. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*. São Paulo: Libertad Editora, 2005.

WERNECK, Claudia *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 2000.